REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 36 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i36.15056

DINÂMICAS VIRTUOSAS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE ANDRADINA/SP: PRODUÇÃO CAMPONESA E OFERTA DE ALIMENTOS NA ESCALA LOCAL

VIRTUOUS DYNAMICS OF AGRARIAN REFORM IN THE ANDRADINA (SP) REGION: PEASANT PRODUCTION AND FOOD SUPPLY ON A LOCAL SCALE

DINÁMICA VIRTUOSA DE LA REFORMA AGRARIA EN LA REGIÓN DE ANDRADINA / SP: PRODUCCIÓN CAMPESINA Y ABASTO LOCAL DE ALIMENTOS

Marco Aurélio da Silva Arlindo
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
m.marcoaurelio@gmail.com

Resumo

O trabalho analisa o alcance da produção camponesa e sua participação na oferta de alimentos nas cidades onde os assentamentos rurais foram implantados; neste processo foi necessário refletir sobre os caminhos da produção, assim, identificando os mecanismos que o capital tem se utilizado para sujeitar a renda da terra gerada pelos assentados. Partindo da vertente teórica que compreende a existência da questão agrária brasileira e concebe o campesinato enquanto classe social inerente ao capitalismo, a pesquisa se concretizou nos estudos empíricos, tendo nas entrevistas e nas informações da produção dos assentamentos rurais aporte significativo. Desse modo, os resultados apontaram para a relevância da democratização da terra, da importância dos assentamentos rurais e da produção camponesa, sendo esta última sentida de forma concreta na cidade, de tal modo, contribuindo com os mercados locais.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamento Rural; Produção Camponesa; Dinâmica Virtuosa.

Abstract

The paper analyzes the scope of peasant production and its participation in the supply of food in the cities where rural settlements have been implemented. In this process, it was necessary to reflect on the paths of production, thus identifying the mechanisms that capital has used to subject the land rent generated by the settlers. Based on the theoretical perspective that understands the existence of the Brazilian agrarian issue and that also conceives the peasantry as a social class inherent to capitalism, the research was carried out in empirical studies, having in the interviews and information on the production of rural settlements a significant contribution. Thus, the results pointed out the relevance of land democratization, the importance of rural settlements and peasant production, and the last one felt in a concrete way in the city, as it contributes to local markets.

Keywords: Agrarian Reform; Rural Settlement; Peasant Production; Virtuous Dynamics

Resumen

El trabajo analiza el alcance de la producción campesina y su participación en el abastecimiento de alimentos en las ciudades donde se implementaron asentamientos rurales; en este proceso, fue necesario reflexionar sobre las vías de producción, identificando así los mecanismos que ha utilizado el capital para someter la renta de la tierra generada por los pobladores. Partiendo de la perspectiva teórica que comprende la existencia de la cuestión agraria brasileña y concibe al campesinado como una clase social inherente al capitalismo, la investigación se realizó en estudios empíricos, teniendo en las entrevistas e información sobre la producción de asentamientos rurales un aporte significativo. Así, los resultados apuntaron a la relevancia de la democratización de la tierra, la importancia de los asentamientos rurales y la producción campesina, sintiéndose esta última de manera concreta en la ciudad, contribuyendo así a los mercados locales.

Palabras clave: Reforma Agraria; Asentamiento rural; Producción Campesina; Dinámica virtuosa

Introdução

Em tempos de desmonte das políticas sociais, sobretudo a agrária, bem como da massiva propaganda da agricultura capitalista e da sua suposta contribuição econômica e alimentar ao país, entendemos ser fundamental refletir sobre a potencialidade da produção camponesa, bem como do desdobramento direto do processo de reprodução do campesinato, fundado na tríade terra, trabalho e família. Mas, esses sujeitos são diversos, como é a realidade que os foram forjando ao longo do histórico processo de alijamento da terra de trabalho. Assim, para compreendê-los em suas especificidades, vislumbramos como ponto de partida a premissa da unidade na diversidade, o que acabou sendo confirmado nesse estudo dos assentamentos rurais, restando indubitável relevância da democratização da terra via políticas de Reforma Agrária.

A desapropriação da grande propriedade improdutiva e a reorganização fundiária, a partir da formação dos projetos de assentamentos rurais, possibilitaram a inclusão social e produtiva aos beneficiados das políticas agrárias na Região de Andradina, estado de São Paulo. Nesse sentido, com a passagem da propriedade capitalista para a fração do território dominado pelos camponeses assentados, outras relações sociais se realizam nas terras reformadas, ativando assim, dinâmicas como a transformação do latifúndio da cana-de-açúcar e das pastagens em terra provedora de alimento diversificado.

A partir da lógica centrada no bem-estar do grupo familiar, parte significativa dos camponeses assentados produzem para além de suas necessidades. Em consequência do estágio atual do capitalismo, em que a divisão do trabalho impõe mercantilização à praticamente todas as esferas da vida, por mais que o campesinato consiga manter a produção de autoconsumo, ainda assim, precisa de dinheiro para comprar aquilo que não produz e, para isso, transformam parte da produção em mercadoria. Portanto, ao mesmo tempo que garante sua existência social na terra de trabalho, produzem dinâmicas virtuosas, tornando por demais significativa a oferta da produção camponesa aos municípios onde os assentamentos estão instalados.

Nesse contexto, o trabalho versa sobre as dinâmicas territoriais produzidas pela potencialidade camponesa. Para isso, analisamos o alcance de sua produção, isto é, sua participação na oferta de alimentos na escala local, enquanto resultado direto da política de Reforma Agrária. Todavia, pensar a dinâmica da produção dos assentados e sua inserção no mercado local passa pela análise da Monopolização do Território pelo Capital (OLIVEIRA, 2010), por isso identificamos os mecanismos de sujeição da renda gerada pelos camponeses assentados.

A Região de Andradina, *lócus* da pesquisa, é constituída por 11 municípios e possui 37 projetos de assentamentos rurais sob tutela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A luta pela terra, pós década de 1970, na "Terra do Rei do Gado", como é conhecida a região, promoveu a desapropriação dos latifúndios, desse modo, assentando 3.423 famílias (INCRA, 2021).

A partir deste recorte geográfico, a pesquisa se desenvolveu à luz da concepção teórica que entende a questão agrária brasileira como ainda não resolvida, sendo esta corrente alicerçada pelo fio condutor da realidade concreta e representada por Oliveira (1996, 2007 e 2010), que considera, assim como Martins (1981), o campesinato como classe social inerente ao capitalismo.

Não menos importante, Chayanov (1974), Shanin (2008) e Ploeg (2016), nos permitiram refletir sobre a unidade de produção camponesa, possibilitando diferenciá-la da lógica capitalista, pois enquanto a segunda tem no lucro sua centralidade, a primeira tem nas necessidades do grupo familiar seu horizonte. Outros autores presentes ao longo do trabalho também contribuíram para a compreensão das transformações no campo mediante o desenvolvimento do capitalismo.

O território como categoria central de investigação geográfica foi alicerce para pensar os desdobramentos territoriais produzidos pelos assentamentos rurais. Concebemos esta categoria a partir da perspectiva da luta de classes, pois nela está a fonte do movimento responsável pela expropriação e apropriação de frações do território (OLIVEIRA, 1999; 2004; 2010).

A pesquisa se concretizou no caminho metodológico do diálogo com a teoria, articulando-a com os dados obtidos *in loco* e também os dados secundários inerentes ao escopo da investigação. Os instrumentos para coleta de dados primários foram as entrevistas. Pelas fontes orais, constituídas na experiência do campo, registramos, a partir do próprio sujeito, a história particular e coletiva dos protagonistas que na luta de classes constroem sua fração do território na Região de Andradina. Esse recurso científico, isto é, as fontes orais, possui "elemento precioso" para a apreensão das subjetividades das classes subordinadas, ou seja, das classes "não hegemônicas" (PORTELLI, 1997, P.31).

A investigação empírica ocorreu entre 2017 e 2019, momento em que foram visitados 43 lotes, distribuídos em 11 assentamentos rurais da região. A pesquisa contou também com informações socioeconômicas e de produção de 125 famílias assentadas em 21 assentamentos, localizados em oito dos 11 municípios da região. Concomitante às entrevistas e informações quantitativas dos lotes, utilizamos dados dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do INCRA, do portal de transparência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Instituto Econômico Agrícola (IEA), dos municípios e outros.

Produção camponesa, oferta de alimentos e sujeição da renda da terra

A produção camponesa, de forma distinta da capitalista, está assentada na fórmula simples de circulação de mercadoria. Portanto, a venda do excedente e a circulação da produção dos assentados se configuram numa produção mercantil simples, expressa na fórmula (M-D-M), pois a troca da produção por dinheiro visa obter produtos, como remédios, materiais escolares, serviços (como internet),

instrumentos para o labor, entre outros (OLIVEIRA, 1996, p.52). Em contraposição à produção mercantil simples, temos a circulação da produção capitalista (D-M-D'), visando sempre o lucro acima da média, sendo fundamental ao desenvolvimento do capital.

Para Chayanov (1974), a exploração camponesa se estabelece, também, na produção de mercadorias, se inserindo no sistema econômico pela circulação, bem como dos créditos. Segundo o autor, o comércio local cristaliza as relações sociais do camponês com o seu entorno. Assim sendo, Oliveira (2007) destaca que o camponês, criado nas contradições do próprio capitalismo, é produtor especializado de mercadorias, com enorme capacidade produtiva.

Essa especificidade do campesinato, produtor com significativa capacidade produtiva, considerando é claro sua heterogeneidade, foi notada nos Projetos de Assentamentos Rurais da Região de Andradina. A localização dos 11 municípios que a constituem a região, assim como os 37 projetos de assentamentos rurais, sob tutela do INCRA, podem ser visualizados na figura a seguir.

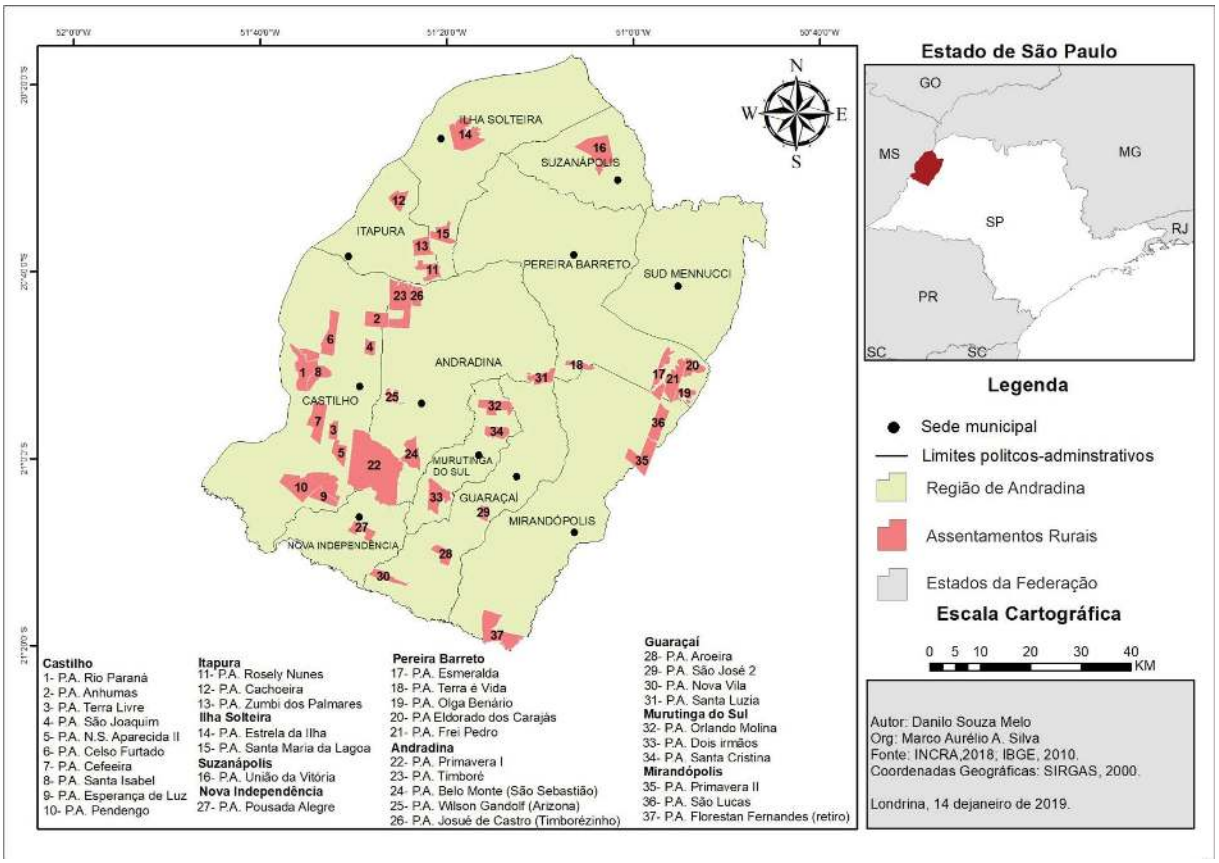

Figura 1: Localização dos Projetos de Assentamentos Rurais na Região de Andradina. Fonte: INCRA, 2020. Organizado pelo autor.

A luta pela terra na região, intensificada após a década de 1970 e tendo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seu principal organizador, foi fundamental para a criação dos projetos de assentamentos rurais, levando a territorialização de 3.423 famílias (INCRA, 2020), que constroem seu modo de vida baseado em relações não-capitalistas numa fração de 63.879 hectares. Os assentamentos, distribuídos nos 11 municípios que compõem a região, ocupam apenas 9,2% dos 688.949 ha regionais.

Durante a pesquisa identificamos que 92% dos assentados analisados mantêm relação com o mercado, situação que certamente repercute positivamente no abastecimento da cidade. Desse conjunto, 54% vendem produção de origem animal e vegetal; 21% apenas produção animal (leite principalmente) e 17%, algum tipo de produto resultante de cultivos. Notamos a ausência de comercialização da produção em 8% dos lotes, considerando as informações dos 125 lotes estudados. Entretanto, nesses 10 lotes (8%), oito possuíam criação de animais e/ou produção vegetal, a exemplo de hortas. Apenas dois declararam nenhum tipo de produção.

A não comercialização do excedente é entendida como mecanismo de defesa do próprio camponês em relação a exploração do mercado, que, aproveitando de sua reprodução social no limite, busca liames para explorá-los, sendo o rebaixamento dos preços de produtos alimentícios componente fundamental. Essa situação pode ser observada na fala da assentada, K.: “As pessoas acha que sem-terra é tudo vagabundo. E quando vai vender os nossos produtos eles querem pagar mixaria. Acha que a gente está passando fome e que vamos vender por qualquer valor de dinheiro. Não quer pagar o que é justo”. (P.A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

A respeito da inserção da produção camponesa no mercado, Marcos e Fabrini (2010, p. 114) argumentam: “Embora os camponeses estejam vinculados ao mercado capitalista, essa comunicação não é homogênea, mas desigual e contraditória. Para os camponeses, a produção de mercadorias não constitui o centro de suas relações. Para eles, o mercado é um meio, e não o fim. ”

Os assentamentos rurais da região apresentam grande capacidade produtiva. No entanto, mesmo com essa característica, a lógica do mercado pressiona para baixo os preços da produção, deixando os camponeses mais vulneráveis. Assim, ao mesmo tempo que o mercado representa a possibilidade de obter dinheiro para comprar aquilo que não produz, contraditoriamente, representa também sua exploração, mesmo que indiretamente.

Ploeg (2016), ao fazer a leitura do equilíbrio Trabalho-Consumo de Chayanov (1974) na contemporaneidade, explica que a busca pelo equilíbrio faz dos recursos externos fundamentais à reprodução do campesinato, porém, o mesmo representa ameaça, como enfatizado a seguir:

> Paralelamente aos recursos produzidos e reproduzidos na própria terra (os recursos internos), toda unidade, qualquer que seja a localização, também necessita de recursos externos. Seria impossível imaginar as propriedades funcionando sem eles. No

> entanto, a natureza desses recursos, a sua origem e, principalmente, o modo como são adquiridos e os efeitos do método de aquisição podem ter consequências de enorme alcance. (PLOEG, 2016, p.70).

A baixa dependência em relação ao mercado significa experimentar certa autonomia, o oposto significa a privação de alguns bens necessários. A dependência ao mercado pode gerar auto exploração da força de trabalho, impactando no bem-estar do grupo familiar. Por isso, em determinados períodos, os camponeses preferem não se envolver com o mercado, principalmente em momentos de preço muito baixo. Associado a isso, existem aqueles assentados que não encontram compradores, assim, controlam a produção para não terem perdas, como relatado a seguir: "Preço baixo, falta de vendas, você não acha pra quem vender. Tem coisa que você perde. Esse tempo eu plantei maxixe e não consegui entregar na cidade, aí perdi, porque não tinha pra quem entregar". (D. N.; P. A. Santa Luzia, Guaraçaí; jan. 2019).

Outros fatores fornecem subsídios para entender o porquê de 8% das famílias analisadas não apresentaram, naquele momento, produção destinada à venda. Como destacado, o trabalho de campo e os levantamentos de informações acerca dos assentamentos ocorreram entre 2017 e 2019. Esse período, pós golpe (2016), desencadeou retrocessos nas políticas agrárias, assim como em todas as políticas sociais. Entre os retrocessos estão a redução dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desestruturando toda a organização anual dos assentados.

Ao produzirem para comprar aquilo que necessitam, os camponeses contribuem de forma significativa com a produção de alimento que abastece a cidade, a região, o país. Fato confirmado nos últimos Censos Agropecuários (IBGE). A produção de alimento é essencial a todos, principalmente aos citadinos, que tem na produção camponesa seus alimentos básicos; nesse sentido Guibert (2009) aponta a agricultura como elemento basilar no vínculo campo-cidade, pois é no campo que se produz os alimentos postos nas mesas das pessoas da cidade.

Apresentamos na Tabela 1 a participação efetiva dos camponeses na produção agrícola regional.

	Censo Agropecuário 2006					**Censo Agropecuário 2017**				
	Agri. Familiar		Não Familiar		**Total**	Agri. Familiar		Não Familiar		**Total**
	Ton.	%	Ton.	%		Ton.	%	Ton.	%	Ton.
Abobrinha	97	85,8	16	2,2	**113**	133	76	42	24	**175**
Alface	405	81,1	94	18,9	**499**	584	82,8	121	17,2	**705**
Almeirão	206	92,3	7	7,7	**213**	107	92,2	9	7,8	**116**
Batata-Doce	2	66,3	1	33,7	**3**	106	59,8	71	40,2	**177**
Berinjela	104	100	0	0	**104**	39	61,9	24	38,1	**63**
Cebolinha	449	96,1	18	3,9	**467**	117	84,2	22	15,8	**139**
Coentro	121	96,8	4	3,2	**125**	25	56,8	19	43,2	**44**
Couve	288	98,6	4	1,4	**292**	157	83,9	30	16,1	**187**

Mandioca	8.218	52,1	7.538	47,8	**15.756**	3.399	90,2	367	9,8	**3.766**
Milho verde	10	8,9	103	91,2	**112**	89	63,1	52	36,9	**141**
Pepino	40	58,8	28	51,2	**68**	50	54,3	42	45,7	**92**
Pimenta	248	84	46	16	**295**	105	92,1	9	0,9	**114**
Quiabo	177	96,7	6	3,3	**183**	181	83,7	35	16,3	**216**
Rúcula	350	91,8	31	8,2	**381**	78	72,2	30	27,8	**108**

Tabela 1: Quantidade produzida (em toneladas) na Região de Andradina (2006-2017). Fonte: Base de dados do SIDRA (IBGE, 2006 e 2017). Org. pelo autor.

Com exceção do milho, a agricultura familiar, leia-se camponesa, foi, segundo Censo de 2006, responsável pela maior parte da produção exposta na Tabela 1. Em 2017, ela foi superior em todos os itens, inclusive no cultivo de milho. Esse modelo de agricultura produziu mais 70% da abobrinha, alface, almeirão, cebolinha, couve, mandioca, pimenta, quiabo, rúcula e urucum. Por outro lado, a tabela revela a redução de alguns produtos entre 2006 e 2017. Esse movimento foi mais expressivo na produção de mandioca. Produtos como almeirão, berinjela, cebolinha, coentro, couve, pimenta e rúcula também apresentaram redução. Essa redução se explica, em parte, por meio de alguns processos ocorridos de forma articulada na região: a redução da área da agricultura familiar e a expansão do cultivo de cana-de-açúcar, impactando diretamente a produção de alimentos.

No Censo Agropecuário de 2006, a agricultura capitalista dominava 386.695 ha (82,4%) da área recenseada pelos estabelecimentos; aumentando, em 2017, para 415.132 ha (84,5%). O oposto ocorreu com a área ocupada pela agricultura familiar: em 2006 essa classe dominava 17,6%, (82.322 ha) e logo viu sua fração do território se reduzir a 15,5% (76.249 ha) em 2017. Articulado a esse processo, houve a expansão da cana-de-açúcar. Em 2006, foram 2,2 milhões de toneladas, saltando para 13,5 milhões em 2017. Em 2006, 96,3% da cana-de-açúcar foram plantados pela agricultura capitalista, aumentando para 99,7% em 2017. Os números mostram que esse cultivo é produzido hegemonicamente pela agricultura capitalista.

Para Oliveira (2009, p.15), a expansão dos agrocombustíveis, no caso a cana-de-açúcar no Brasil, tem impacto direto com a redução da produção de alimentos. Desde a década de 1990, ocorre a redução dos três principais alimentos da dieta brasileira: arroz, feijão e mandioca. Entretanto, a diminuição da produção de alimentos está, segundo o autor, inserida no avanço das políticas neoliberais aplicadas à agricultura e ao comércio mundial de alimentos a partir da década de 2000.

Para Valério (2019), a consolidação do setor sucroenergético, e sua materialização na monocultura, impôs novas configurações ao território paulista, impactando diretamente os cultivos alimentares. Segundo o autor, entre 2006 a 2017, houve, em algumas regiões do estado, redução na produção de hortifrútis em decorrência do avanço da cana-de-açúcar. Portanto: "[...] dentre os municípios que registraram diminuição dos volumes de hortifrútis produzidos, a maior parte está circunscrita à região Oeste do estado, justamente na área de expansão mais acentuada do agronegócio sucroenergético." (VALÉRIO, 2019 p.171).

A Região de Andradina, situada na porção Noroeste do Estado de São Paulo, também está na rota de expansão da cana-de-açúcar. Para Valério (2019, p.181), o avanço do agronegócio canavieiro, além de reduzir a produção de hortifrútis local e regional, aumentou a distância percorrida entre os alimentos e seus consumidores, elevando o preço de compra, mesmo daqueles produzidos no local.

Mesmo com a redução da produção de alimentos (Censo Agropecuário, 2017), foi possível verificar o papel da produção camponesa dos assentamentos rurais, principalmente se considerarmos que os assentados representam a maior parte da agricultura familiar camponesa da região. Os 63.879 hectares em seu domínio, representam 83,7% da área com a agricultura familiar regional.

A cana-de-açúcar tem sido preferência da agricultura capitalista, pois tem no lucro sua centralidade; por outro lado a agricultura camponesa tem sido responsável pelo cultivo de alimentos que alcança a mesa dos habitantes da Região de Andradina. É por meio desses produtos que o camponês se insere na dinâmica local e até regional.

A relação integradora da produção camponesa com a cidade está evidenciada na Tabela 2, confirmando a participação da agricultura familiar em 82,7% na venda dos produtos citados. Em contrapartida, a agricultura capitalista vendeu apenas 17,3%, dos mesmos produtos. Em 15 produtos, dos 16 citados na tabela, a agricultura camponesa foi responsável pela maior parte das vendas, com destaque para abobrinha, alface, almeirão, batata, cebolinha, couve, mandioca, pimenta, quiabo e rúcula, acima dos 70%. Apenas o tomate teve a maior parte da venda na agricultura capitalista, com 57,3%, mesmo assim, consideramos importante a participação dos camponeses nessa produção, com 42,7%.

Produtos	***Agri. Familiar***		***Agri. Capitalista***		**TOTAL**
	Ton.	**%**	**Ton.**	**%**	
Abobrinha	120	73,6	43	26,7	**163**
Alface	564	82,9	116	17,1	**680**
Almeirão	104	92,9	8	7,1	**112**
Batata	310	94,2	19	5,6	**329**
Batata-Doce	90	55,9	71	44,1	**161**
Berinjela	38	61,3	24	38,7	**62**
Cebolinha	110	83,3	22	16,7	**132**
Coentro	24	55,8	19	44,2	**43**
Couve	153	91,6	14	8,4	**167**
Mandioca	2.731	91,8	242	8,2	**2.973**
Milho verde	68	57,6	50	42,4	**118**
Pepino	49	53,8	42	46,2	**91**
Pimenta	97	90,7	10	9,3	**107**
Quiabo	132	79,5	34	20,5	**166**
Rúcula	76	71,7	30	28,3	**106**
Tomate - Estaqueado	203	42,7	273	57,3	**476**
TOTAL	**4.869**	**82,7**	**1.017**	**17,3**	**5.886**

Tabela 2: Comercialização da produção na Região de Andradina (toneladas) - 2017. Fonte: Base de dados do SIDRA (IBGE, Censo Agropecuário 2017). Org. pelo autor.

A Tabela 2 mostra ainda superioridade da agricultura camponesa na comercialização de itens fundamentais à dieta alimentar local e regional. Entretanto, a capacidade produtiva dos camponeses não garante a circulação de sua produção na escala local. Como demonstrou Valério (2019), a vulnerabilidade dos camponeses, associada a ação das grandes empresas de abastecimento, representada na figura dos atravessadores, separa produtores e consumidores, por isso, a produção passa pela "agonia" do vai e vem até chegar, a preço elevado, ao varejo local.

Mesmo assim, notamos participação significativa na produção e na venda da produção camponesa, com presença efetiva dos assentados. Para Sauer (2005, p. 72): "A produção é a 'prova' material de que são trabalhadores e trabalhadoras e de que a "reforma agrária dá certo" porque "produz mais que as grandes fazendas".

Diante da heterogeneidade encontrada nos assentamentos, os camponeses enfrentam relações diferenciadas com o mercado local. A partir dessas relações, contraditórias e desiguais, sua produção vai dinamizando a escala local. Durante a pesquisa, vários canais de comercialização e diversos agentes foram identificados: atravessadores/intermediários; redes de supermercados; venda direta ao consumidor, com destaque às feiras; entregas para cooperativa e, por fim, Mercados Institucionais, em especial o PAA e o PNAE. Por meio desses canais, a produção dos assentados chega às cidades, contribuindo substancialmente para o abastecimento de alimentos. Com exceção da venda direta ao consumidor, à cooperativa COAPAR e aos Mercados Institucionais, os demais canais têm drenado parte significativa da riqueza gerada na terra de trabalho, via monopolização do território pelo capital.

O entendimento desse mecanismo de exploração indireta, que permeia a reprodução social dos camponeses, passa pela concepção de que o capitalismo no campo se desenvolve de forma contraditória e combinada pois, "[...] ao mesmo tempo que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho [...] como as relações camponesas [...]". (OLIVEIRA, 2004, p.40).

Para Oliveira (2004), a construção do território capitalista se dá mediante momentos distintos e articulados: produção imediata, distribuição, circulação e consumo. Logo, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas na produção de mercadoria, mas também na circulação da mesma, momento este de realização da mais-valia. O controle das etapas mencionadas é condição para o desenvolvimento do sistema, dado a centralidade da apropriação da mais-valia no processo de acumulação que depende da dominação eficiente de setores de produção. Assim, por meio da propriedade capitalista, a terra transformou-se em mecanismo de exploração via renda fundiária.

Para Martins (1981, p.177) a expansão do capitalismo ocorre "[...] primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital", seja comprando a terra para explorar ou especular, seja pela subordinação da produção camponesa. Esse processo é condição para sujeitar o trabalho desenvolvido nela. É diante dessa especificidade que o capitalismo avança sobre a agricultura. Tanto Oliveira (2004, 2007, 2010) quanto Martins (1981) assinalam que o capitalismo se expande no campo em busca da

renda da terra, seja ela extraída da propriedade capitalista, seja a renda subjugada do campesinato.

Conforme explicou Martins (1981), a produção do capital nunca ocorre a partir das relações tipicamente capitalistas, ela é formada a partir da apropriação das relações não-capitalistas. Por sua vez, a reprodução do capital resulta das relações do trabalho assalariado. Oliveira (2007) ainda ressalta que a acumulação primitiva é condição da reprodução ampliada do capital.

A reprodução das relações não-capitalistas no campo brasileiro se insere na intensificação das relações comerciais. Por isso, pensar a dinâmica da produção dos assentamentos e sua inserção na escala local passa pela compreensão da Monopolização do Território pelo Capital. Para Oliveira (2004, 2007), esse processo ocorre de forma simultânea e articulada com outro processo territorial: a territorialização monopolista do capital. Nesse último, o capital alcança sua reprodução ampliada, extraindo renda e mais-valia direta do trabalhador. Porém, onde o capital não se territorializa, geralmente em atividades não rentáveis com as quais o campesinato se ocupa, são criados mecanismos para monopolizar o território, extraindo o lucro extraordinário, por meio da apropriação da renda da terra na circulação.

O alerta de Marx (2014, p.331), acerca das diferenças entre o capitalismo na agricultura e na indústria, com ênfase nos componentes tempo de produção e tempo de trabalho, corrobora para compreensão desse processo: "Tempo de trabalho é sempre tempo de produção, isto é, tempo durante o qual o capital está fixado na esfera da produção. Inversamente, porém, nem todo tempo em que o capital se encontra no processo de produção é, por isso, necessariamente tempo de produção. "

Por conta da especificidade da natureza, a produção agrícola necessita de um tempo de produção maior para se desenvolver. Nesse período, em algumas atividades não há necessidade de trabalho permanente e, quando há, ocorre de forma ocasional. Assim,

> [Na agricultura o] período de trabalho e o período de produção não coincidem. O período de produção é mais longo do que o trabalho. Mas só depois de concluído o período de produção o produto está acabado, maduro, e pode então passar de forma de capital produtivo para a de capital-mercadoria. (MARX, 2014, p.332)

Essa diferença repele os interesses dos capitalistas em determinados setores, uma vez que a realização da mercadoria em dinheiro levaria muito tempo. A busca incessante pela mais-valia desestimula o capitalista a investir em atividades do campo de intervalo temporal grande, sobretudo em atividades não rentáveis. Contudo, o capital, em sua forma mais avançada (relações tipicamente capitalistas) domina setores de renda alta e quando o tempo de produção se aproxima, via tecnificação da agricultura, do tempo de trabalho.

Dessa maneira, os setores com discrepância entre tempo de produção e tempo de trabalho abre,

segundo Paulino e Almeida (2010, p.31), "[...] as brechas de que se aproveita a classe camponesa para se recriar". Devido a especificidade de ser proprietário de terra e trabalhador em condições de controlar seu tempo, o camponês possui certa autonomia. Nesses lugares, o capital procura controlar a circulação da produção, ocasião em que os camponeses assentados experimentam a sujeição da renda da terra, seja pelo capital comercial, industrial ou financeiro. Sem expropriá-los, parcela significativa do trabalho familiar se realiza em mãos alheias.

A ausência de meio de transporte para levar a produção aos centros urbanos, uma vez que os assentamentos frequentemente estão distantes, e as estradas quase sempre precárias, são fatores que favorecem a subalternidade ao capital. Foram recorrentes os relatos que apontavam esses fatores que empurram ainda mais os camponeses para as mãos do capital comercial: "Pra vender tem que ir em Andradina, aí dá uns par de quilômetros, ou Dracena. Pra nós escoar a produção é difícil, por isso a gente acaba vendendo aos poucos. Cê arrisca, ou apodrece aqui ou vende." (Seu L.; P.A. Esperança de Luz, Castilho; jan. de 2018).

Por meio dos atravessadores a produção dos assentamentos rurais é distribuída nos mercados locais, regionais, feiras e nos centros de abastecimento das grandes cidades, como a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Esses agentes do capital agem como "ave de rapina", aproveitam desses problemas para sujeitar a renda camponesa, em regra decidindo o preço a ser pago na produção. Desse modo, relata o assentado:

> Eu vendi [mandioca] para não perder. Vai passar o trator por cima e jogar fora? Vendi por R$5,00 a caixa. Você tem uma roça de mil pés, daí eles [atravessadores] chegam e falam que dá R$5,00 a caixa. Vai esperdiçar, vai jogar fora ou vai vender? Eu preferi vender, mas muita gente não, deixa lá. Não paguei nem a tombação da terra (T.; P.A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

Os próprios assentados entendem que na relação com o atravessador o ônus fica com eles. Alguns vendem para não perder, outros deixam a produção na roça, mas não se sujeitam a essa troca desigual. A noção de que a venda ao atravessador não é favorável deriva da singularidade do camponês, pois controla a terra e a força de trabalho. Por isso, apreende o processo produtivo, reconhecendo o produto como fruto do trabalho familiar. A percepção do negócio injusto pode ser observada a seguir, como explica o assentado:

> Tinha um cara que vinha de Três Lagoas [MS] comprar pra revender. Tinha pimenta malagueta, plantei um monte. O cara ligava e a gente pegava um banquinho de tirar leite e ia só catando, depois ele pegava 5 quilos de pimenta. Fiquei sabendo que ele estava vendendo a 10 reais o quilo, enquanto ele me pagava 3 reais. (Sr. O.; P.A. Celso Furtado, Castilho; jan. 2018).

A fala desnuda a transferência da riqueza dos camponeses para os atravessadores. Este é o cerne da monopolização do território pelo capital, na qual a renda da terra contida na lavoura vendida escoa para outras mãos. Nesse mecanismo o capital sujeita parte da riqueza gerada pelas relações não capitalistas de produção.

A venda aos supermercados também se configura em mecanismo de exploração indireta do campesinato. Assim como o atravessador, as redes de supermercados se apropriam de fração significativa do trabalho camponês presente na produção. De acordo com alguns assentados, a relação ocorre pelo chamado sistema de troca: "No mercado tradicional eles têm uma política muito perversa, ele quer a banca cheia. Então ele faz o pedido, se ele não vendeu, ele devolve o produto. Isso é terrível, o prejuízo é teu e não deles, por isso eles não conseguem quebrar nunca" (Dona L.; P. A. Timboré, Andradina; out. 2019). Como observamos, aqui o ônus recai apenas ao produtor.

O caso do Sr. V. (P. A. Belo Monte, Andradina; out. 2019) é similar ao depoimento anterior. Segundo o entrevistado:

> Começou a vim um caminhão grande de Bauru, lotado de verdura. Aí as nossas começou a sobrar muito. Nós teve que parar, porque estava sobrando muito e é a base de troca. Base de troca é assim: se a gente entregar 30 maços e lá murchar 10 a gente tem que trazer de volta, pra jogar pros bichos, pra porco. A gente não recebe aquele lá. Só nos mercados que é assim, nos outros lugares não é.

A relação dos camponeses com os supermercados revela um nível elevado de exploração. Por isso, essa forma de comercialização é considerada por eles como desonesta:

> Pensa num comércio desonesto. Exploração total do produtor. Eles não correm risco nenhum. A gente entregava pro supermercado Big Mart [Andradina]. A gente tinha mamão papaia na época, entrega cinco, seis caixa por semana, sobrava uma e meia de devolução. Chegou um outro gerente e pediu 10 caixas, quando foi na outra semana que eu fui perguntar pra fazer o pedido tinha sobrado cinco. Aí que questionei. [...] Ele disse que queria a banca lotada (Sr. C.; P. A. Timboré, Andradina; out. 2019).

Essa relação denominada de sistema de troca, mostra que os mecanismos de drenagem da renda da terra camponesa são diversos, apresentando graus diferentes de sujeição.

Na esteira do Golpe de 2016, a redução orçamentária do PAA e o encerramento da maioria dos contratos, tornaram os camponeses assentados da Região de Andradina mais vulneráveis à monopolização

do território pelo capital, pois as possibilidades de escoar a produção ficaram mais limitadas. Escoar a produção e ter para quem vender de forma garantida foram algumas das dificuldades relatadas. Enquanto alguns conseguem manter várias formas de comercialização, outros relatam ter apenas um canal para vender, condição essa muito vantajosa para o atravessador: "É direto pro atravessador, porque no PAA quando foi pra liberar um tanto, o Temer entrou e cortou nossa festa. São pessoas da cidade que vêm pra comprar. " (T.; P. A. Florestan Fernandes, Andradina; jan. 2018).

Não obstante, há também os assentados que consideram a venda para o atravessador a forma mais segura, mais garantida: "Só pro atravessador mesmo, direto pra ele. Eu não desvio pra outro não, no lugar mais certo é o mais seguro" (Sr. D.; P. A. Pousada Alegre, Nova Independência, jan. 2018). Essa dependência revela as dificuldades objetivas do assentado em vender a produção. Mesmo sendo uma relação desfavorável, por vezes o atravessador é o único canal possível para transformar parcela da produção em dinheiro.

Ainda que a relação com o mercado seja desigual, o desencaixe, entre tempo de trabalho e tempo de produção (MARX, 2014), abre espaço para a recriação do campesinato quando seu modo de vida está em consonância com o tempo da natureza e com o imperativo de reprodução do grupo familiar. Mesmo fortemente presente nos assentamentos, a relação de subalternidade não os inviabiliza, necessariamente. No entanto, políticas mitigadoras fazem toda diferença, a exemplo do PAA, cabendo uma análise mais aprofundada sobre as iniciativas de curta duração do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Repercussões do Mercado Institucional na Região de Andradina

Embora o Mercado Institucional não tenha sido instituído pelo PT, foi ao longo de seus governos que tomou corpo, ampliando o alcance do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao mesmo tempo em que era criado o PAA (HESPANHOL, 2014). Nesse sentido, seria insuficiente analisarmos as potencialidades e repercussão da produção camponesa, enquanto resultado direto da política de Reforma Agrária, sem elucidar os resultados desses programas. Mesmo com a redução dos recursos nos últimos anos (Tabela 3), o PAA foi fundamental na dinâmica campo-cidade mediada pela produção camponesa, possibilitando certa visibilidade aos assentados da Região de Andradina. A produção nos assentamentos rurais, potencializada pelo programa, atingiu diretamente e de forma positiva os camponeses assentados, mas para além deles e dos assentamentos, também, milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

	Projetos Aprovados	Valor (R$) (Executado)	Nº Produtores	Pessoas atendidas	Prod. (kg) entregue
2011	15	3.392.420,69	802	64.112	2.513.425
2012	22	3.860.477,50	913	85.456	2.517.180
2013	7	2.444.386,00	396	161.350	1.422.489
2014	37	5.978.834,15	1.122	436.472	3.526.887
2015	17	832.324,36	268	18.468	1.053.607
2016	2	598.725,49	80	11.009	299.498
2017	11	1.087.571,10	154	15.873	470.274
2018	4	114.231,60	39	***	52.704
2019	2	96.891,50	20	***	1.847

Tabela 3: Resultados do PAA na Região de Andradina - 2011 a 2019. Fonte: CONAB e PAADATA, 2020. *** Sem informações. Org. pelo autor.

O ano de 2014 chama atenção, seja pelo valor de quase 6 milhões de reais distribuído a 1.122 camponeses e circulando no comércio local, seja pela quantidade de pessoas em condições de vulnerabilidade social, 436.472 atendimentos, recebendo mais de 3,5 milhões de quilos de variados produtos. Com exceção de 2013, verificamos um progressivo crescimento no orçamento e, consequentemente, no número de pessoas atendidas, produtores beneficiados e quantidade da produção entregue entre os anos de 2011 e 2014.

Entretanto, a partir de 2015, o processo se inverteu, ocorreu a redução de 86% nos recursos, se comparado ao ano anterior. A redução no orçamento refletiu no número de projetos aprovados e na quantidade de pessoas atendidas, chegando, em 2019, com apenas dois projetos aprovados, com participação de apenas 20 produtores, ou seja, 0,6% das famílias assentadas da região estudada.

A produção entregue ao PAA mostra a importância do programa e dos produtores que a ele se vincularam, repercutindo também na cidade, pois milhares de pessoas foram beneficiadas com os alimentos doados. Assim, concordamos com Leite e Ávila (2007), ao mencionar a importância da distribuição de terras aliadas a políticas públicas, garantindo condições de produção e venda aos beneficiários.

O Quadro 1, demonstra o alcance da produção camponesa mediada pelo PAA, entre os anos de 2010 a 2012. Pelo quadro é possível notar as entidades beneficiadas, pertencentes a outras regiões, como Jales, Sabino, Lins, Getulina e Santa Fé do Sul. A produção chegou, também, a entidades de outros estados, como Jataí (GO), Curitiba (PR) e Floresta (PE).

Ano	Estado	Município	Entidade	Destino
2010	GO	Jataí	Associação Lar São Francisco de Assis	Acampamento
	PE	Floresta	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Acampamento
	SP	Jales	Soc. Assistencial e Cultural da R. Alta Araraquarense	Acampamento
2011	PR	Curitiba	Pastoral da Terceira Idade	Outros
	GO	Jataí	Associação Lar São Francisco de Assis	Acampamento
	PE	Floresta	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Acampamento
	SP	Jales	Soc. Assistencial e Cultural da R. Alta Araraquarense	Acampamento
	SP	Sta Fé do Sul	Igreja Presbiteriana Conservadora	Acampamento
	SP	Getulina	Centro de Formação da Criança e do Adolescente	Acampamento
	SP	Getulina	Grupo Getulinense de Combate Ao Câncer	Acampamento
	SP	Getulina	Vila Vicentina de Getulina	Acampamento
	SP	Lins	Ass. de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lins	Acampamento
	SP	Lins	Ass. Idosos de Lins	Acampamento
	SP	Lins	Casa dos Espíritas	APAE
	SP	Lins	Centro Social Catedral Sto. Antônio	Acampamento
	SP	Sabino	Diocese de Lins	Acampamento
2012	PR	Curitiba	Pastoral da Terceira Idade	Outros

Quadro 1: PAA: Entidades Beneficiadas fora da Região de Andradina – 2010 a 2012. Fonte: CONAB e PAADATA, 2020. Org. pelo autor.

O alcance geográfico da produção camponesa entregue ao PAA está expresso na Figura 2, destacando os outros estados com entidades beneficiadas pelos produtos dos assentamentos da Região de Andradina.

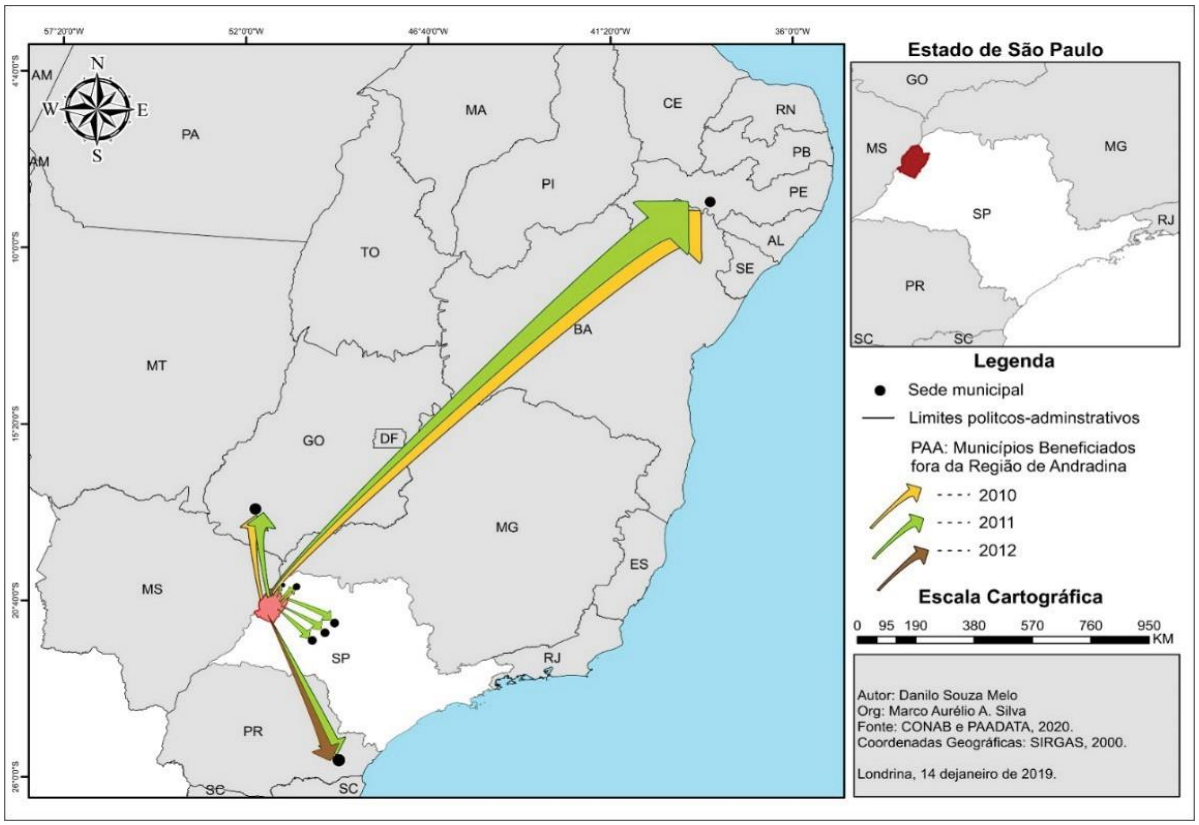

Figura 2: Alcance da produção camponesa da Região de Andradina - 2010 a 2012. Fonte: IBGE (2019) e PAA Dados.

A destruição do programa é um ato de mesquinhez que merece ser aqui pontuado, pois além do fortalecimento do campesinato, significou comida de qualidade para populações vulneráveis da cidade que não dispõem de renda para adquirir tais alimentos por outros meios. O depoimento a seguir é uma evidência deste impacto.

> Faz uns três anos que eu recebo. É muito bom [...], os alimentos são bons, não tem nada estragado, é tudo sadio, tudo fresquinho. Tem mandioca, abobrinha, quiabo, maxixe, feijão, berinjela, vagem, banana, mamão, mexerica, poncã. Tem dia que não tem nenhum ovo para fritar e com essa verdura dá para fazer. (Dona F., N. Independência, jul. 2019).

E quando indagada sobre a situação atual e a possibilidade do fim do programa, devido à redução dos recursos, outra beneficiária respondeu: “Faz falta. A mistura que o povo tem é aqui. Muitos não têm condições mesmo. Esse negócio de carne, essas coisas, não têm. Comprar um pé de alface na feira

é 5 reais, aí no outro dia você tem que comprar o leite da criança. Ajuda bastante". (Dona J., Nova Independência, jul. 2019).

De acordo com o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Nova Independência, parte das famílias beneficiadas recebem até um salário mínimo, no entanto, 60% recebem apenas o Bolsa Família e o Renda Cidadã. Ainda segundo a assistente social: "[...] a maioria que vem pegar esses produtos não tem renda nenhuma, por isso é de grande importância. Quando vem bastante produtos a gente sabe que vão ser todos atendidos" (jul. 2019).

No município de Mirandópolis, entre 2015 e 2016, nenhum projeto do PAA foi aprovado, retornando apenas em 2017. Durante entrevista em julho de 2019, havia dois projetos em vigência, tendo sido aprovados em 2018, com apenas 23 produtores ativos. A respeito dessa interrupção, uma beneficiária do programa expõe: "Uma vez cortaram e ficou mais de ano sem a gente pegar, foi difícil. Aí falta né, a gente é pobre e de vez em quando tem dificuldade. Principalmente quem vive do salário mínimo. Pra você ver, eu vivo com uma aposentadoria, crio dois netos". (Dona L., beneficiária do PAA; Mirandópolis). Mesmo com a precarização do programa, as pessoas da cidade que recebem o produto apontaram sua relevância.

Identificamos, durante a entrega da produção via PAA, redução também na variedade da produção. Segundo a Dona L. (Beneficiária de Mirandópolis, jul. 2019): "Diminuiu o feijão, a abóbora, o arroz, a fruta né, que era uma goiaba, uma carambola. Antigamente a gente pegava muito mais coisas [...], tinha berinjela, banana, uva. Muita verdura, alface, ovo. Danone também cansaram de doar".

A redução na diversidade dos produtos entregues ao PAA se explica pela preocupação do assentado em produzir, se organizar e não conseguir acessar o programa por conta dos cortes já mencionados. A assistente social, responsável pelo cadastro das famílias em condições de vulnerabilidade social e alimentar do Município de Mirandópolis, comenta:

> O impacto é grande, a gente recebia muitos produtos, diversidade e hoje infelizmente a gente não tem como oferecer algo melhor. Quem sai perdendo na verdade são nossas famílias, a gente vê uma dificuldade muito grande das famílias em ter uma renda melhor, para estar oferecendo uma alimentação melhor (Mirandópolis, jul. 2019).

A redução nos recursos do PAA afetou também os camponeses que participavam do programa via associações e cooperativas. São vários os relatos, expondo as dificuldades no lote diante do "fim" do programa, ou como advertiu o Sr. L.: "[...] Ele não decretou o fim da política, mas ele não bota orçamento, então não existe mais o PAA. Espero que um dia possa voltar" (P. A. Estrela da Ilha, Ilha Solteira; jan. 2018).

A venda do excedente tem função importante na reprodução social da família camponesa, nesse

sentido, o PAA possibilitou aos assentados se apropriarem de parte da renda contida em sua produção. Porém, o encolhimento do programa reflete no lote, impactando a organização e a diversidade produtiva. Acerca desta situação, a fala a seguir é esclarecedora:

> As hortas eram cobertas, eu produzia verduras, alface, almeirão, rúcula, cheiro verde e entregava tudo pro PAA. Agora parou e não tem onde vender verdura. Aí eu tive que mudar meu plano de produção. Foi aí que eu parei com o negócio de horta e legumes, e entrei só com a mandioca e o abacaxi, porque eu consigo vender fora do PAA. (D.ª. N.; P.A. Sta. Luzia, Guaraçaí; jan. de 2019).

Nesse quadro, muitos camponeses assentados voltaram a vender todo o excedente aos atravessadores. Retrocesso para esses, mas dividendos adicionais para os que vivem da sujeição da renda camponesa da terra. Não sem razão, alguns assentados começaram a buscar novos canais de comercialização, bem como novas estratégias para escoar a produção, explicitando a flexibilidade inerente à lógica camponesa (SHANIN, 2008) no processo de luta para permanecer na terra.

Em 2017, uma assentada explicou que para ter o projeto aprovado, tiveram que reduzir entre eles a cota anual. Em suas palavras:

> O último projeto nosso foi de R$750.000,00, hoje estou com um de R$100.000,00. O projeto de R$750.000,00 ajudava mais o produtor, era R$8.000,00 por produtor, hoje é R$5.850,00. A gente teve que dividir pra beneficiar mais pessoas, pois se eu fizesse um projeto de R$8.000,00 ia ficar muitos produtores de fora. Eu fiz uma reunião com os associados e dividimos os valores (Dona S.; P. A. Assentamento Primavera II, Mirandópolis; Silvani, dez. 2017).

Nos critérios de pontuação dos projetos inscritos constava que o menor valor teria uma pontuação maior. Esse item pode ser visto nos Critérios para Pontuação dos Projetos de Compra com Doação Simultânea 2019. Nesse caso, a redução no valor total do projeto inscrito na chamada pública da CONAB, foi fundamental para a aprovação desse projeto, favorecendo os poucos assentados ainda beneficiados pelo PAA.

O PNAE também tem sido importante na venda da produção dos assentamentos. Com menos produtores participando, ressaltamos os resultados do programa como política fundamental na comercialização da produção e no abastecimento das escolas.

Ao analisar os resultados do PAA e do PNAE, Hespanhol (2014, p. 628) elucida a importância

deles na construção dos Mercados Institucionais. Para a autora, os programas têm possibilitado "[...] o acesso a novos canais de comercialização, diminuindo a influência dos intermediários, ao mesmo tempo em que favorecem ampliação da renda, viabilizando a reprodução social desses agricultores".

Criado na década de 1940, apenas em 2009, com a Lei nº 11.947, o PNAE passou a ser fundamental para a agricultura familiar camponesa, isto porque o artigo 14, determina a:

> [...] a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Ainda com limite anual de R$20.000,00 e a determinação de destinação mínima de 30% do recurso para a compra de produtos da agricultura familiar, identificamos na pesquisa a baixa participação dos assentados no programa. O volume constante da produção exigido pelo PNAE e a regularidade na entrega, sem considerar a sazonalidade dos produtos, foi apontado pelos assentados como um problema. Porém, verificamos um aumento no interesse pelo PNAE após o desmonte do PAA.

ATabela 4 destaca informações do PNAE em cada município que compõe a Região de Andradina.

Municípios	**Famílias Assentadas**	**Agricultura Familiar Assentados**		**Merenda Escolar Valor Total (R$)**
		Valor (R$)	**(%)**	
Andradina	622	145.621,08	21,93	664.002,00
Castilho	953	***	***	373.76,00
Guaraçaí	201	22.770,00	19,58	116.264,00
Ilha Solteira	283	22.446,60	2,79	803.992,00
Itapura	230	6.433,70	11,42	56.334,00
Mirandópolis	383	52.778,43	23	225.208,00
Murutinga do Sul	253	***	***	126.318,00
N. Independência	60	2.158,53	1,93	111.388,00
Pereira Barreto	286	270.539,02	46,83	577.613,92

Sud Mennucci	0	***	***	237.996,00
Suzanápolis	152	***	***	91.382,00
Região Andradina	**3.423**	**377.126,28**	**17,25**	**2.185.289,92**

Tabela 4: Região de Andradina: Participação dos Assentados no PNAE - 2019 Fonte: SIGPC/FNDE e INCRA, 2019.
*** Sem informações.

Apesar da determinação da Lei nº 11.947/2009, apenas o município de Pereira Barreto cumpriu o mínimo de 30%; Castilho, Murutinga do Sul, Suzanápolis e Sud Mennucci não possuíam informações. O município de Ilha Solteira foi o que menos comprou alimentos da agricultura familiar. Mesmo com 283 famílias assentadas, gastaram apenas 2,79% do fundo. A título de comparação, a empresa Coisas da Roça: Frutas e Legumes LTDA, de Dracena (SP), que, em 2019, forneceu alimentos para a merenda escolar de Ilha Solteira, recebeu no mesmo ano R$ 45.983,62, mais que o dobro comprado dos assentados do próprio município.

O fornecimento da produção dos assentamentos ao PNAE é mediado por associações ou cooperativas. Assim, oito dessas, constituídas nos assentamentos da Região de Andradina, forneceram produtos para a merenda escolar em 2019. Ainda que a maioria dos municípios não cumpra a determinação da Lei, é possível verificarmos o alcance territorial da produção camponesa ofertada via PNAE. Para análise, utilizaremos os resultados da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), que forneceu para os municípios de Andradina e Guaraçaí.

A COAPAR, com sede em Andradina, é a maior em termos de organização e número de associados. Iniciou suas atividades em janeiro de 2001 com apenas 24 cooperados (PAULA, 2011). O número de cooperados é dinâmico, porém em janeiro de 2019, havia 1.080, dos quais 95% são assentados rurais da região. A ideia de formação da COAPAR era sair das amarras dos grandes laticínios, como *Nestlé* e *Parmalat*, que agiam na região. Por meio da Cooperativa Central da Agricultura Familiar, em 2001 conseguiram recursos para comprar tanques de resfriamento de leite para dois assentamentos rurais. O Sr. V., integrante da direção, explica essa estratégia.

> A gente formou a cooperativa para negociar o volume de leite. Cada produtor nosso tinha média de 30, 40 litros por dia, talvez até menos. Mas quando a gente juntou, a gente chegou rápido a 15 mil litros de leite. Então quando a gente ia conversar com o laticínio a gente ia com 15 mil litros de leite para vender: Você topa pagar quanto? Isso permanece até hoje. Esse mês deu 1 milhão de litros no mês. Hoje, o nosso poder de barganha está aí ainda maior (Andradina; jan. 2019).

Segundo o entrevistado, com a expansão da cana-de-açúcar na região, encontram-se nos assentamentos os principais produtores de leite. Desse modo, grandes laticínios, como a Matilat (Catanduva, SP), Jussara (Patrocínio Paulista, SP), Trevisan (Dracena, SP) e a empresa ARC (Irani, SC) compram essa produção. No ano de 2018, as empresas juntas compraram 8,4 milhões litros da COAPAR. O Sr. V. explica que outras empresas disputam o leite.

> Esses ,dias chegou uma empresa de Londrina, a Cativa, uma empresa que nunca tinha comprado leite aqui. Eles estão comprando 10 mil litros de leite por dia nosso. Mas a gente tem em torno de 30 mil litros/dia, então a gente vende um pouco pra Matilat, Jussara, Trevisan e um pouco pra Cativa. O restante a gente faz produtos, que é iogurte, leite em pó, tudo na marca COAPAR, requeijão, bebida láctea. A gente faz e vende no PNAE (Sr. Valdecir, Andradina; jan. 2019).

De acordo com Oliveira (2010), a pecuária leiteira é quase totalmente monopolizada pelo capital industrial que, ao controlar o processamento de leite, drena o trabalho excedente dos pequenos estabelecimentos onde predomina essa atividade. Na região, foram produzidos 51,9 milhões de litros de leite em 2017, sendo 78,6% oriundos da agricultura camponesa e 21,4% da agricultura capitalista (IBGE). Em relação aos assentados pesquisados, 64,8% desenvolviam a atividade leiteira no lote.

Além da comercialização de 8,4 milhões de litros de leite *in natura*, a COAPAR industrializou 2,4 milhões de litros em 2018. Os derivados de leite industrializados carregam a marca da COAPAR e abastecem a merenda escolar de inúmeros municípios do estado de São Paulo. Assim, 37 municípios receberam, no ano de 2018, produtos da COAPAR. Desses, apenas três são da Região de Andradina, dentre os demais, há inclusive municípios de Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, revelando o alcance da produção camponesa para além da escala local e regional.

Em relação aos produtos, foram entregues pela COAPAR ao PNAE, leite *in natura* e derivados e, ainda, hortifrútis. A cooperativa possui duas marcas registradas, a COAPAR e a Melhor do Campo. A Figura 3 ilustra alguns dos produtos distribuídos aos 37 municípios pelo PNAE.



Figura 3: Produtos industrializados da COAPAR Fonte: COAPAR. Org. pelo autor. Trabalho de campo.

O Sr. V. comenta sobre o objetivo da COAPAR:

> O objetivo principal é comercializar o produto fabricado, e o objetivo estratégico na área da venda é colocar no mercado convencional; não ficar dependendo do mercado institucional. Se a gente não entrar no mercado convencional, a gente corre um sério risco de fechar as portas do laticínio (Sr. L., Andradina; jan. 2019).

De acordo com outra liderança da cooperativa, no início de 2019 foi firmado um acordo via PNAE com a Prefeitura de São Paulo, para o fornecimento do achocolatado com exclusividade do município, não podendo ser vendido para outros; garantindo, assim, o abastecimento constante. Sobre a comercialização da COAPAR, o mesmo explica a importância dos produtos industrializados:

> O que está, na verdade, viabilizando o desenvolvimento da cooperativa é a venda de produtos industrializados, porque está permitindo fazer repasses de um lucro, uma renda maior para os assentados e está permitindo capitalizar um pouco para fazer frente aos projetos que ela está envolvida, com a participação de venda de produtos industrializados (L., jan. 2018).

A COAPAR, por meio da comercialização via PNAE, tem evidenciado a força dos assentados, mesmo considerando as contradições de sua reprodução social. O alcance desses produtos, abastecendo a merenda escolar de 37 municípios, revela, novamente, a potencialidade da produção camponesa e também a viabilidade das políticas de Reforma Agrária para além do campo.

Relação direta com o consumidor: a feira e seus efeitos

Em consonância com a comercialização pelos Mercados Institucionais, e também com os atravessadores, os assentados têm buscado a venda direta ao consumidor, sem a intermediação de nenhum agente, como se verifica no relato a seguir:

> Amanhã entrega [cebolinha] pra restaurante, marmita e espetaria. Esse é o nosso público. Nós fazemos entrega basicamente todos os dias. De segunda e quinta tem uma entrega acima de 100 maços. Então nós fomos atrás. Isso daqui [o celular] é bom e é ruim. Eu tenho um horário que eu fico vasculhando, então eu estou atenta, às vezes, um restaurante novo vai abrir, é dali que eu pego o telefone e vou ligar pra eles. Toda a nossa clientela foi através daqui. É no Facebook que eu pego. (Dona L., P. A. Timboré, Andradina; out. 2019).

A Internet presente nos assentamentos tem sido instrumento fundamental na relação direta entre assentado e consumidor. De acordo com a Dona L., os seus principais clientes são marmitarias, espetarias e restaurantes, ambos consumidores diretos. A comercialização direta ao consumidor tem sido utilizada para suprir a ausência do PAA, evitando, também, a transferência da renda camponesa para mãos estranhas. De acordo com a Dona L.: “Eu prefiro chegar à marmitaria e levar três maços, pois eu sei que ela não vai me devolver. Hoje nós estamos com dois anos e meio e eu não vendo para mercado” (Timboré, Andradina; out. 2019). A opção por não entregar a produção ao supermercado deve-se à recusa ao sistema de troca, que faz cair sobre os camponeses as perdas, e ao supermercado o lucro extraordinário.

Na relação direta, em grande parte dos casos, é o assentado que leva a produção ao consumidor. Esse é o caso da Dona L., do Assentamento Timboré. Essa estratégia também é desenvolvida pelo Sr. O., do P. A. Celso Furtado, em Castilho: “[...] A gente entrega direto pro consumidor. Eu vendo abóbora, o ovo, limão. Quando começa a sair as coisas [produção] eu levo e vendo. Diretamente” (Andradina, jan. 2018).

O outro exemplo de venda direta é quando os consumidores buscam a produção no assentamento:

“[...] O pessoal vem buscar aqui, se tiver 200 frangos vende os 200 por dia, o pessoal vem atrás”. (Sr. L.; Pousada Alegre, Nova Independência; jan. 2018).

Existe também a relação de troca entre os próprios assentados. Esses compram produtos que não cultivam em seu lote. Essa realidade está explícita na fala do Sr. L., do P. A. Esperança de Luz, em Castilho:

> Eu não vendo diretamente na empacotadora porque eles pagam barato demais. O feijão, eles queriam pagar 100 o saco, aí não compensa. Vi no mercado tava quase 5 o quilo. Aí eu falei: vou vender a 3, aí dá 180 conto o saco, vendi tudo. Tem um pouquinho que eu não quis vender, tô comendo. Não vendi pra atravessador, vendi para vizinho. Porque, Ave Maria, se for vender pra atravessador se lasca mesmo (jan. 2018).

O relato permite destacar alguns pontos: a venda direta para a vizinhança é uma forma de auferir uma renda maior em relação à comercialização por meio dos atravessadores; a produção para autoconsumo reafirma a peculiaridade da unidade camponesa; por fim, o expediente da ajuda mútua se manifesta como prática entre vizinhos. Inerentes ao modo de vida, esses elementos instituem a unidade camponesa em frações do território capitalista.

No caso da ajuda mútua, ela se expressa em diferentes formas: na solidariedade; nos mutirões; na troca de produto por dinheiro ou até mesmo por outro produto; entre outras. Esse tipo de relação não é regulado pelo interesse da taxa de lucro médio, mas sim, por uma lógica camponesa pautada nos princípios da “ordem moral” (WOORTMANN, 1990). Sendo que os assentados se veem no outro como iguais, pretendendo a identidade construída na luta pela terra, e agora, na luta para nela permanecer. Sobre essa relação construída no chão da luta, Fabrini (2008) explica que essas práticas são erguidas como resistência à dominação do capital.

A produção camponesa também tem alcançado, sem intermediários, ou seja, de forma direta, as pequenas agroindústrias da região. Muitos assentados entregam para a empresa Pura Polpa, situada no município de Guaraçaí: “Eu fiz um projeto com a Pura Polpa para o pessoal entregar amora. Eu corri atrás da parceria, da garantia de compra, temos um contrato e ajuda de custo para pagar as mudas, é a Pura Polpa de Guaraçaí”. (Dona O.; P. A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

De acordo com a assentada, o contrato foi uma alternativa para suprir a não aprovação do projeto no PAA. No P. A. Timboré também encontramos assentados vendendo diretamente a Pura Polpa. Como explica a Dona L.: “Ele [filho] tinha uma rocinha de hortelã e eu descobri que a Pura Polpa de Guaraçaí compra hortelã, aí eu consegui encaixar hortelã lá. Nós entregava 10 caixa de hortelã a cada três meses. ” (Andradina; out. 2019).

A venda sem intermediários não elimina a exploração indireta dos camponeses assentados, assim, a sujeição da renda da terra em favor da agroindústria persiste; sendo a responsabilidade pelo frete a maneira de transferir ao produtor, não somente os custos da produção, mas também o ônus da sua circulação. A comercialização à agroindústria Pura Polpa é mais um exemplo da importância da agricultura camponesa para o desenvolvimento do capital. Como advertiram Martins (1981) e Oliveira (2010), as relações não-capitalistas de produção sustentam permanentemente a acumulação primitiva para a manutenção da reprodução das relações avançadas do capitalismo. Mesmo perante as contradições, a produção camponesa tem sido absorvida pelos mercados locais e até regionais.

Como destacado, no período de maior investimento do PAA, houve crescimento na variedade e diversidade de alimentos produzidos pelos assentados. Porém o oposto também ocorreu quando da redução orçamentária do programa, problema ressaltado pelo Sr. V., liderança da COAPAR. Segundo ele, no momento de maior orçamento do PAA, houve aumento na produção e na variedade de alimentos procedentes dos assentamentos. Portanto, a feira surge como espaço para escoar a produção.

> Ele [PAA] é limitado a 8 mil por ano, e muitas vezes o produtor produzia mais do que isso, então teve um período que a gente organizou três feiras simultaneamente aqui na região. A gente se juntou com a assistência técnica, com o INCRA na época do Governo Lula ainda, final de 2009 e 2010, e montou as feiras e trabalhava em torno de R$ 1,2 milhões, 250 famílias que comercializa do PAA, de dentro da COAPAR. Isso fortaleceu muito a questão das feiras. Mesmo com o fim das políticas públicas eles permaneceram nas feiras, muitos estão até hoje. Uma boa parte parou e voltou só pro leite. (Sr. V., P. A. Timboré, Andradina; jan. 2019).

A partir dessas três feiras, integralmente constituídas junto à agricultura camponesa, muitos assentados começaram a se inserir nas feiras tradicionais, que contam também com vários intermediários. As feiras que ocorriam costumeiramente aos finais de semana passaram a ser realizadas todos os dias em diferentes bairros de Andradina. Sobre elas, comenta a Dona L: “Aqui nós vende as verduras, a gente vende tomatinho orgânico, é tudo horta orgânica. (P. A. Belo Monte, Andradina; out. 2019). ”

A feira, enquanto relação de troca direta, contribui para com o aumento na renda, além da realização da produção em dinheiro de forma mais rápida, fato revelado na fala do assentado ao participar da feira em Castilho: “É um dinheiro mais rápido. Você tem a mercadoria e tem os outros lugares pra entregar e a pessoa paga o que ele quer, aí demora 30, 40 dias para receber. Na feira não, você cativando os fregueses, o dinheiro é certo” (Sr. M; Castilho; out. 2019).

Essa relação direta é sentida de forma significativa pelos consumidores, aprovando a expansão das feiras. A fala de uma consumidora de Andradina é explicativa, principalmente ao comparar a produção da feira com as dos supermercados da cidade: “Eu gosto de vim aqui, é mais saudável, a gente

confia, não aquelas venenada. Eu não gosto de comprar em mercado, não gosto de verdura de mercado, nas feiras sim, tudo fresco, tomate, as verduras, e você chega no mercado, tudo velho e estragado". (Andradina; out. 2019).

Todos os municípios da Região de Andradina presenciaram essa expansão das feiras, porém ainda é muito forte a presença de atravessadores nesses espaços. Leite *et al* (2004, p. 132), relaciona sua expansão como um dos efeitos mais evidentes provocados pela implantação dos assentamentos nas áreas urbanas.

A Figura 4 ilustra algumas das feiras em Andradina, no centro de Nova Independência e na praça central em Castilho.



Figura 4: Feiras na Região de Andradina - 2018 e 2019. Fonte: Trabalho de campo, 2018 e 2019. Org. pelo autor.

Durante a pesquisa, identificamos apenas uma feira formada exclusivamente com assentados da Reforma Agrária. Ocorre no barracão da Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Andradina, formada por 35 famílias dos projetos de assentamentos rurais Arizona, Belo Monte, Timboré e Timborezinho (Josué de Castro), todos do município. De acordo com a agrônoma atuante na organização, a feira iniciou suas atividades em agosto de 2019, gerando no primeiro mês R$25 mil. Em suas palavras: "O feirão em si gerou uma renda de R$25 mil. Eram produtos que eles estavam perdendo, não tinha onde escoar" (Andradina; out. 2019).

A Figura 5, mostra a feira realizada no barracão, muito elogiada pelos consumidores: "Eu prefiro

a do agricultor porque eu sei que é tudo limpinho, tudo organizado. E vi de perto que alguns não vai usar agrotóxicos, é muito importante isso aí, né?" (J.; cliente da feira, Andradina; out. 2019).



Figura 4: Feira no Barracão da Secretaria do Desen. Agrário em Andradina - 2019. Fonte: Secretaria do Des. Agrário de Andradina; Trabalho de campo, 2019. Org. pelo autor.

A Prefeitura de Andradina, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, desenvolve vários projetos abrangendo as famílias assentadas. Em relação ao barracão, o objetivo principal é formar um centro de distribuição regional, um "Mini Ceasa", beneficiando os assentamentos da região. Segundo o secretário Fernando: "Nós queremos transformar [o barracão] em um mini Ceasa, onde vai ter um núcleo de apoio à comercialização. Que é um intermediador, a gente quer criar um mecanismo para intermediar o diálogo diário entre produtor e mercado" (Andradina; jan. 2019).

A preocupação, segundo o entrevistado, é eliminar os intermediários e/ou atravessadores, colocando em maior contato, assentado e consumidor, assim como todo o mercado local.

O projeto "Mini Ceasa" surgiu no contexto da precarização das políticas agrárias que garantiam, mesmo de forma limitada, a compra de uma parcela significativa da produção dos assentados. Em relação às famílias assentadas no contexto do PAA, o secretário pontua: "São famílias que estavam se estruturando nos seus lotes, começando a criar uma dinâmica de produção, de diversificação de alimentos, porque o programa incentivava a diversificação". No quadro atual destaca a preocupação com a perspectiva dos assentamentos, sobretudo, referente à dinâmica produtiva na escala local.

> A gente sabe que a agricultura familiar abastece uma grande parcela do mercado. Então, é um momento preocupante. Digamos que tem um governo que corta todos os investimentos. E aí, nós vamos assistir à derrocada? É justamente o momento que nós temos que dar um passo à frente e ser o grande apoio e o grande suporte no estímulo à produção local (F., Andradina; jan. 2019).

O PAA deu maior visibilidade à produção dos camponeses assentados, sobretudo para o poder público local, daí a preocupação de alguns gestores em criar mecanismos de garantia dessa produção. O projeto "Mini Ceasa" ainda não se concretizou devido à falta da documentação necessária. No entanto, em decisão coletiva entre a secretaria e os assentados, o barracão está sendo usado com a feira dos assentados, até que se resolva a burocracia do centro de distribuição. Em relação a esta feira, o Sr. P., do Assentamento Arizona, comenta: "Tá sendo muito bom, tá dando resultado viu. Eu trago tudo que aparece lá e vai vendendo tudo, está dando certo. É tudo orgânico. (Andradina; out. 2019).

Nem todos os assentados que participam da feira têm produção agroecológica, como no exemplo citado. Porém, há uma precaução e trabalho nos lotes para diminuir o uso de veneno pelos assentados. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 70,5% dos agricultores familiares da região declararam não fazer uso de agrotóxico, ou seja, a maior parte não utiliza veneno. Nesse sentido, a defesa pela produção agroecológica também é uma forma de se proteger das ações do capital industrial. Por outro lado, o 1/3 do campesinato, que destina parte de sua renda à compra de insumos químicos, tem experimentado a transferência de sua riqueza para o capital industrial internacional e, sobretudo, monopolista. (BOMBARDI, 2011, p.2).

Nesse sentido, a agrônoma da Secretaria de Desenvolvimento Agrário explica: "[...] A gente está conseguindo tirar todo o tipo de defensivo, a maioria dos produtos são todos orgânicos, quem usa é um ou outro. Estamos no processo de transição" (Andradina; out. 2019). A preocupação com a qualidade da produção, sobretudo com o consumo de veneno, também foi destacada pelos clientes, conforme descrito a seguir: "Não estou indo mais no mercado comprar verdura. A gente sente em casa, sabe da onde vem. Para mim é importante, pois sei que aquela verdura está limpinha, não tem veneno. Eu compro de tudo aqui. Está vindo gente de outros bairros". (Dona V., Andradina; out. 2019).

Ao atingir a cidade, além de ampliar a oferta de alimentos, a produção camponesa gera a possibilidade de escolhas. Na hora de comprar seu alimento, o citadino pode decidir pelo mais fresco, o de melhor qualidade, o sem veneno. A feira, além de proporcionar a visibilidade do camponês assentado enquanto produtor - fator proporcionado pela comercialização direta -, tem produzido outros efeitos, como a redução dos preços nas outras feiras da cidade, onde predominam os atravessadores, que contraditoriamente compram a produção de muitos assentados. A fala do assentado P., o comprova.

> Tem a feira de domingo que fica no centro da cidade, maioria atravessadores. Antes

> da nossa feira, o maço era 4 reais. Começou a [nossa] feira e o público deixou de ir. Os próprios atravessadores começaram a reclamar que os consumidores estavam indo só na de segunda. Só que eles não conseguem baixar o preço, porque eles estão comprando a mercadoria e nós produzimos. Essa é a grande essência dessa feira de segunda. Só tem assentado pela reforma agrária (Assentamento Timboré, Andradina; out. 2019).

Outro efeito produzido pela feira é o surgimento de um grupo de consumo dentro da própria Prefeitura Municipal de Andradina. Como os funcionários não conseguem ir à feira do barracão, por conta do horário de trabalho, há uma organização entre eles e alguns colaboradores, como explica a agrônoma: "A gente pega um responsável por setor, eles passam os pedidos de manhã e a gente sai recolhendo e depois vai, entrega. Hoje mesmo, foi tesouraria, contabilidade, CREAS e educação. Futuramente a gente vai montar as cestas pra entregar na cidade. (Andradina, out. 2019).

Diante da discussão e informações analisadas, compreendemos os resultados da feira enquanto desdobramento direto da implantação dos assentamentos rurais. Como nos lembram Leite *et al*. (2004, p. 132): "[...] um dos impactos mais evidentes provocados pelos assentamentos nas áreas urbanas vizinhas tem sido o crescimento das feiras e do movimento no comércio".

Considerações Finais

A relação do camponês assentado com a cidade, mediada por sua produção, nos revela que o acesso à terra possibilitou aos assentados ocuparem novos espaços, participando ativamente da dinâmica local, com destaque para a oferta de alimentos. Mesmo que a política de assentamentos rurais não tenha transformado a estrutura fundiária, as famílias camponesas dos assentamentos situados na Região de Andradina têm evidenciado, por meio da luta cotidiana na terra, uma considerável capacidade produtiva e diversidade na produção.

Os assentamentos rurais são marcos de resistência, transformação social e dinâmicas virtuosas; além do trabalho e renda, da inclusão social, da terra enquanto morada da vida, destacamos nesta pesquisa a ampliação da oferta de alimentos que extrapolam os limites dos próprios assentamentos. Reconhecendo a diferenciação dos camponeses assentados, identificamos que a produção camponesa é sentida de forma concreta na escala local, de tal modo, contribuindo com os mercados locais, produzindo dinâmicas virtuosas, ou seja, fundamentais ao campo e à cidade, mesmo dispondo de uma pequena fração do território capitalista.

Identificamos forte vínculo dos camponeses assentados com o mercado, persistindo diversos

mecanismos de apropriação do trabalho excedente camponês pelo capital. No entanto, outras formas atuam em sentido contrário, a exemplo do Mercado Institucional, o PAA e PNAE, programas que deram viabilidade e visibilidade à produção dos camponeses assentados, repercutindo expressivamente na cidade, pois milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade foram beneficiadas com alimentos de qualidade.

A expansão das feiras, além de ampliar a oferta de alimentos, gerou a possibilidade de escolhas, pois, no momento de comprar seu alimento, o citadino pode decidir pelo mais fresco e de melhor qualidade. Considerando os distintos caminhos da produção camponesa, entendemos o aumento da oferta de alimentos como resultado direto dos projetos de assentamentos rurais na Região de Andradina, evidência maior da viabilidade da Reforma Agrária e, sobretudo, da importância da democratização da terra e do campesinato.

Referências Bibliográficas

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In.: **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).** Disponível em <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947/2009**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la Unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FABRINI, João Edmilson. Agronegócio e latifúndio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, v. 1, p. 17-32, 2008.

GUIBERT, Martine. Las relaciones ciudad-campo: características del debate Franés. In. Medeiros, Rosa M. V. E Falcade, Ivanira (Org.) Tradição Versus Tecnologia: **As novas territorialidades do espaço agrário**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HESPANHOL, R. Ap. de M. O papel das associações de produtores rurais e dos Mercados Institucionais de Alimentos na reprodução social dos agricultores familiares. **XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA):** Agentes, processos, conflitos e conteúdo do espaço agrário brasileiro. Natal, novembro de 2014.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 10 de mar. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: Acesso em: 10 de mar. 2020.

INCRA. Assentamentos - Informações Gerais. **Superintendência Regional São Paulo, 2019.** Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 10 de mar. 2020.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. **Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA**, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira; AVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 777-805, set. 2007.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: **livro II: o processo de circulação do capital (1818-1883)**; edição Friedrich Engels; Tradução e seleção de textos Rubens Enderle. – 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana. F. A**. Novos Caminhos da Geografia**. Ed. Contexto: São Paulo, 1999.

Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela - Paz e Terra, 2004.

Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

Os Agrocombustíveis e a produção de alimentos. **XII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)**, Montevideo/Uruguai, 2009.

Agricultura e Indústria no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. (Trad. Claudia Freire). 1. ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente.** Tradução: Maira T. J. Ribeiro. 1997.

SAUER, Sergio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In. FRANÇA, Caio Galvão e; SPAROVEK. Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Agonia da comida: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútis no Estado de São Paulo (2006-2017).** Tese (Doutorado), UNESP/Presidente Prudente, 2019.

WOORTMANN, Klass. Com Parente Não se Neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, *n° 87.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

Notas

1 Entendemos por Golpe em 2016 o processo de impeachment presidencial de Dilma Rousseff (PT), eleita democraticamente em 2014.

2 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que vem sofrendo com o desmonte das políticas sociais desde o contexto do Golpe de 2016 e, sobretudo no atual governo Bolsonaro (2019-2022), foi transformado em 2021 no Programa Alimenta Brasil (PAB).

3 Cabe ressaltar que uma pessoa pode ser beneficiada várias vezes ao longo do ano pelo programa.

4 Até 2012 a produção comprada pela CONAB era entregue diretamente às entidades. Após 2013 passou a ser entregue às prefeituras municipais, cabendo a elas identificar e selecionar as pessoas que seriam atendidas. Por isso as informações do Quadro 1, referem-se aos anos de 2010, 2011 e 2012.

5 Disponível em: <conab.gov.br/images/arquivos/paanet/Criterios_PAA_CDS_Conab_2019.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

6 "Fundada em 1994, a PURA POLPA foi criada em virtude da grande expansão da fruticultura na região de Guaraçaí-SP, município que se destacava como o maior produtor de abacaxi no estado de São Paulo. A dificuldade em escoar toda a produção através do tradicional mercado de frutas "in natura" fez com que alguns produtores pensassem em industrializar o excedente da produção. Daí nasceu a PURA POLPA, dedicada a produzir polpa de frutas congeladas". Disponível em: https://purapolpa.com.br/sobre/. Acesso em: 07 jul. 2021.